

O pacote de cortes de gastos do governo Lula

Introdução

O governo Lula, há algumas semanas, vem prometendo um pacote de cortes de gastos e, como o previsto, o PAC e as emendas ao relator estão fora do radar. Os cortes, pelo menos até o momento, são nos benefícios e programas sociais. Eles vão desde restrições a programas como o seguro-desemprego, abono salarial e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), podendo incluir reajustes importantes no Fundeb e nos gastos mínimos obrigatórios com saúde

e educação. A expectativa é que essas medidas possam gerar uma economia de R\$30 a R\$50 bilhões para conseguir um equilíbrio das contas públicas.

Várias dessas mudanças vão precisar de emendas constitucionais. Serão necessários ajustes nos critérios de programas sociais e no cálculo dos gastos mínimos. Isso significa que o governo precisará de um forte apoio no Congresso para que as propostas sejam aprovadas.

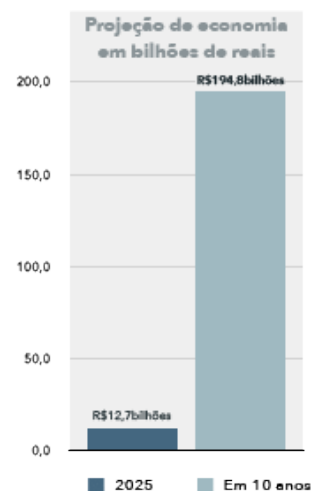
No entanto, somente a redução de despesas é insuficiente para melhorar o resultado financeiro do governo. O sucesso do novo plano fiscal ainda vai depender do aumento da arrecadação, ou seja, o governo precisará encontrar formas de conseguir mais receitas. O pacote de Lula para reequilibrar as contas envolve, pura e simplesmente, corte de benefícios sociais e aumento de tributos. Conclusão: nós pagaremos a conta da má gestão e corrupção do governo.

REFORMULAÇÃO DOS CRITÉRIOS E FONTE DE FINANCIAMENTO para o SEGURO-DESEMPREGO

Alterações do pacote: uma reformulação no seguro-desemprego está sendo discutida, embora ainda não tenham divulgado com detalhes como isso será feito. Uma possibilidade seria usar parte do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - especialmente a multa de 40% que a empresa paga quando demite um trabalhador sem justa causa - para ajudar a financiar o benefício, principalmente para aqueles que têm salários mais altos. Outra mudança possível seria aumentar os requisitos para receber o seguro - exigir um tempo maior de trabalho antes de ter direito ao benefício ou mesmo ajustar a forma como o valor é calculado.

Efeito nas contas públicas: Se o governo arcar com os três primeiros meses do seguro-desemprego e usar o FGTS para os meses seguintes, isso poderia economizar R\$ 12,7 bilhões em 2025 e R\$ 194,8 bilhões em 10 anos. Vale lembrar que esses números são preliminares e podem mudar conforme mais informações sejam divulgadas.

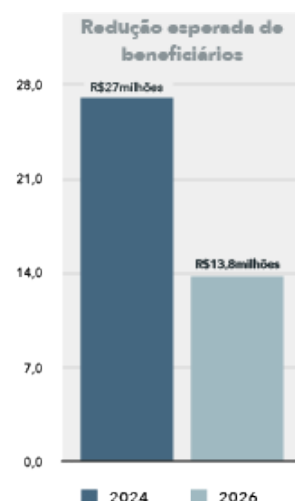
Como seriam as alterações: Para fazer essas mudanças é preciso aprovar uma lei ordinária.



NOVOS REQUISITOS para ABONO SALARIAL

Alterações do pacote: Hoje, quem ganha até 2 salários mínimos por ano tem direito a um abono salarial no valor de um salário mínimo, proporcional ao tempo trabalhado no ano. O governo estuda acrescentar um requisito de renda familiar por pessoa (renda per capita) para que ela possa receber esse benefício. Ainda não se sabe qual seria esse valor, mas ele é essencial para definir o alcance da medida. Por exemplo, se for adotado o mesmo critério usado para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é de 1/4 do salário mínimo por pessoa, mais de 20 milhões de trabalhadores poderiam deixar de receber o abono.

Efeito nas contas públicas: Com base em uma redução esperada de beneficiários de 27 milhões para cerca de 13,8 milhões (uma queda de 50%), a economia para os cofres públicos poderia chegar a R\$ 17,6 bilhões em 2026 - considerando que o pagamento do abono é feito com dois anos de atraso - e R\$ 245 bilhões até 2034. No entanto, a economia final vai depender do valor definido para a renda per capita. Se o governo adotar o mesmo critério do BPC, a economia pode subir para R\$ 25 bilhões.



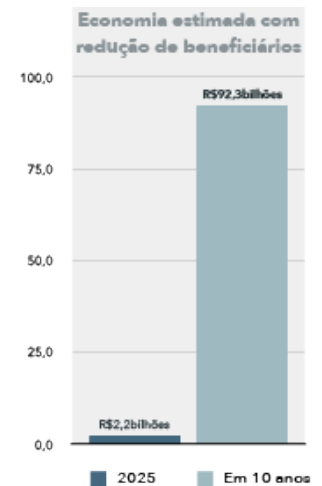
Como seriam as alterações: Para fazer essas mudanças no abono salarial, é preciso alterar a Constituição, especificamente o artigo 239, parágrafo 3º. Isso requer a aprovação de uma emenda constitucional.

ENDURECIMENTO DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE para BPC e LOAS (Benefício de Prestação Continuada / Lei Orgânica de Assistência Social)

Alterações do pacote: A proposta de economia no BPC (Benefício de Prestação Continuada) não inclui desvincular o benefício do valor do salário mínimo. Assim, as discussões focam em **ajustes nos critérios de acesso ao benefício**. Atualmente, o crescimento do número de beneficiários se deve principalmente ao aumento de pessoas com deficiência, então as mudanças devem se concentrar neste grupo. Uma possível alteração seria revisar o artigo 20-B, que flexibilizou os critérios para concessão do BPC para pessoas com deficiência.

Efeito nas contas públicas: Com medidas para conter o aumento de beneficiários, a economia estimada seria de R\$ 2,2 bilhões em 2025 e R\$ 92,3 bilhões em 10 anos.

Como seriam as alterações: Essas mudanças no BPC podem ser feitas por meio de uma lei ordinária, modificando a Lei nº 8.742/1993.

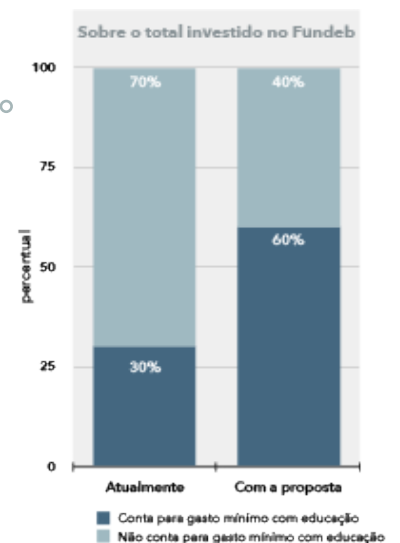


MUDANÇA NO CÁLCULO DE DESPESA MÍNIMA do FUNDEB

Alterações do pacote: Atualmente, apenas 30% do valor que o governo federal investe no Fundeb conta para o cálculo do gasto mínimo com educação. A proposta é aumentar essa parcela para 60%.

Efeito nas contas públicas: Essa mudança só terá impacto se o valor adicional do Fundeb realmente substituir outras despesas dentro do mínimo exigido para educação. Em 2025, essa alteração não deve ter efeito, pois o gasto com educação já está em R\$ 6,5 bilhões acima do mínimo. Esse ajuste serviria para criar uma "folga" no orçamento, permitindo maior flexibilidade para cortes ou bloqueios, se necessário. A partir de 2026, pode haver um pequeno ganho financeiro, com uma substituição gradual das despesas discricionárias (gastos que o governo pode ajustar) pelo Fundeb. Em 2026, os ganhos seriam pequenos, mas se os gastos voltarem ao nível de 2022, embora improvável, os ganhos podem chegar a mais de R\$ 10 bilhões.

Como seriam as alterações: Para implementar essa mudança, é preciso aprovar uma emenda constitucional, alterando o artigo 212-A, inciso VIII, e o artigo 4, parágrafo 3º, da Lei nº 14.113/2020.



GASTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS (Incluindo Emendas Parlamentares de Comissões de Saúde e Educação)

Alterações do pacote: Embora ainda não haja muitos detalhes, a ideia é incluir todos os recursos das emendas parlamentares de Comissão (RP 8) no cálculo dos gastos mínimos com saúde.

Efeito nas contas públicas: Não há impacto financeiro significativo, já que atualmente mais de 50% das emendas parlamentares já são direcionadas para a saúde e já são incluídas no cálculo do mínimo exigido para essa área. No caso da educação, não existe um valor mínimo obrigatório para essas emendas, mas todas as emendas voltadas para educação já entram no cálculo do mínimo exigido.

Como seriam as alterações: Para direcionar as emendas de Comissão para o mínimo de saúde, basta aprovar uma lei ordinária. A inclusão dessas emendas no cálculo do mínimo não precisa de alteração legal.

MUDANÇA NO CRITÉRIO DE INVESTIMENTOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Alterações do pacote: Atualmente, os mínimos de investimento em saúde e educação estão vinculados a receitas específicas: a Receita Corrente Líquida (RCL) para a saúde e a Receita Líquida de Impostos (RLI) para a educação. Essa regra foi suspensa temporariamente pelo teto de gastos até 2023, mas voltou a valer com o novo arcabouço fiscal, aumentando os valores mínimos para essas áreas. A proposta é que a correção dos mínimos passe a seguir o mesmo índice aplicado ao limite de despesas do governo: inflação mais um percentual do aumento da receita, com limites de 0,6% a 2,5%.

Efeito nas contas públicas: No curto prazo, isso pode aumentar as despesas, já que as receitas devem crescer menos que o limite de despesas. A partir de 2027, espera-se uma economia gradual, que deve se acumular ao longo dos anos, podendo alcançar R\$ 206 bilhões em 10 anos.

Como seriam as alterações: Para implementar essa mudança na correção dos mínimos de saúde e educação, é preciso aprovar uma emenda constitucional, alterando o artigo 198, parágrafo 2º, inciso I, e o artigo 212, caput.

Conclusão

As medidas analisadas têm potencial para gerar uma economia significativa. Estimamos que elas poderiam poupar cerca de R\$ 32,7 bilhões em 2026 e até R\$ 145,5 bilhões a longo prazo, equivalente a 0,6% do PIB. Embora seja uma economia importante, a maior parte dessas mudanças exige apoio político e aprovação de emendas constitucionais pelo governo e pelo Congresso.

Apesar disso, este pacote de medidas não é suficiente para garantir a sustentabilidade do novo arcabouço fiscal no longo prazo. Ele ajuda a aliviar as pressões de curto e médio prazo, especialmente a partir de 2026, quando os precatórios sairão do limite de despesas em 2027. No entanto, manter o limite de despesas será um desafio a partir de 2030. Por isso, acreditamos que será essencial discutir, no futuro, a possibilidade de desvincular os benefícios sociais do salário mínimo, ou revisar a política de reajuste do salário mínimo.

Sobre a Redução de Gastos

A redução das despesas dá mais flexibilidade ao governo, mas não garante o cumprimento das metas fiscais. Com o novo arcabouço fiscal, as metas de resultado primário ainda dependerão de medidas para aumentar a arrecadação nos próximos anos. Com mais espaço para gastos discricionários, o governo terá mais flexibilidade para fazer ajustes e contingenciar recursos, quando necessário, para atingir as metas de resultado primário.